

AO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2018

PROCESSO Nº 23163.000942.2018-68

REF.: IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO ATO CONVOCATÓRIO

**LANCI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS PLÁSTICOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.549.124/0001-47, sediada na Rua Canelinha, nº 40, Bairro Municípios, na cidade de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.337-360, por seu representante legal infra-assinado, vem à presença de Vossa Senhoria interpor, tempestivamente, **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL EPIGRAFADO**, com fulcro no art. 12 do Decreto nº 3.555/00 (Pregão) c/c Lei nº 8.666/93, pelos seguintes fatos e fundamentos.

#### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

Considerando que o prazo para apresentação da impugnação é de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para a abertura da sessão pública, é completamente tempestiva a presente Impugnação.

#### **II – DOS FATOS**

Interessada em participar do certame, a Impugnante, tomou conhecimento do **Edital de Pregão Eletrônico nº 26/2018**, para REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de material permanente de mobiliário para a Câmpus Avançado Novo Hamburgo e demais unidades do Instituto Federal Sul-rio-grandense, **conforme termo de referência do edital**, tendo sido designada a data de 09/11/2018, às 09:00.

Denota-se claramente, quando da descrição das características do produto a ser adquirido e a exigência da apresentação do Certificado do INMETRO expedido conforme ABNT NBR 14006:2008, conforme exigência descrita no termo de referência do objeto, conforme Errata nº 02, quanto a DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA, na Obs. 3: a Instituição determina que:

“Não serão aceitos laudos datados com mais de 1 (um) ano, contado da data de sua apresentação”.

A exigência acima, restringir a participação dos licitantes, é imprescindível que a Instituição estabeleça um prazo de 02 (dois) anos para os Laudos, visto que a renovação da Certificação de Mobiliário Escolar ocorre a cada 03(três) anos, ou seja, na época de renovação as empresas encaminham seus protótipos para serem avaliados e nem todos os testes são realizados para renovação do Certificado.

O fato neste caso, quando as empresas realizam os laudos de manutenção tão somente são realizados a cada 02 (dois) anos pois laudos não possuem data de validade, principalmente quando se trata de projeto que não foi alterado.

Além do mais é um custo muito alto para as empresa estarem renovando seus laudos todos os anos, uma vez que o projeto do mobiliário que a Instituição pretende adquirir não teve alteração e pelo fato de que os laboratórios não demandam de tempo para avaliarem os mobiliários escolares.

Recentemente a Prefeitura Municipal de São Paulo, publicou o Pregão Eletrônico nº 12/2018, na qual exige que os Laudos não sejam datados com a de 02 anos contados da sua emissão:

**Obs. 1:** A identificação clara e inequívoca do item ensaiado e do fabricante é condição essencial para validação dos laudos. Os laudos devem conter fotos legíveis do item, identificação do fabricante, data, técnico responsável.

**Obs. 2:** Não serão aceitos laudos datados com mais de 2 (dois) anos, contados da data da sua emissão. Contudo, poderão ser aceitos laudos com prazo superior ao exigido, desde que o produto se mantenha com as mesmas características do objeto ensaiado.

**Obs. 3:** Deverão ser enviadas cópias legíveis, autenticadas, e se possível, coloridas.

**Obs. 4:** O fornecedor deverá apresentar ainda, declaração de compatibilidade entre cavidades de moldes de injeção para cada componente utilizado (emitida pelo fabricante do componente), conforme modelo de "Declaração tipo A": **DECLARAÇÃO TIPO A DE COMPATIBILIDADE ENTRE CAVIDADES DE MOLDES DE INJEÇÃO.**

No caso do produto que a Instituição está descrevendo não houve alteração em seu projeto, não havendo a necessidade da exigência 01 (um) ano para os LAUDOS e para uma maior participação se faz necessário alteração do prazo para 02 (dois) anos para o atendimento dos Procedimentos e Princípios estabelecidos pela Legislação Brasileira, porque a da forma como está sendo exigido restringe a participação de outras empresas.

Outro fato que nos causou estranheza é que na errata 01 corretamente a Instituição estava exigindo corretamente a exigência dos seguintes documentos: Apresentar junto à proposta de preços: Certificado de Conformidade do INMETRO para o modelo especificado no edital (CJA-06) de acordo com a Portaria 105/2012 do INMETRO, acompanhado por declaração comprobatória com a imagem do mobiliário referente aos relatórios de ensaio, emitido por OCP (Organismos de Certificação de Produtos) que comprove que o móvel é correspondente ao Certificado e atende às especificações do edital e Certificado de Conformidade do Sistema de Gestão e Qualidade para Projetos, Fabricação e Montagem de Móveis Escolares, emitido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e a mesma foi excuída

A licitação é procedimento administrativo formado por atos sequencialmente ordenados e interdependentes, mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse, devendo ser conduzida em estrita conformidade com os princípios constitucionais e aqueles que lhes são correlatos:

*"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (LEI nº 8.666/1993)*

*§1º É vedado aos agentes públicos:*

*I- Admitir, prevenir, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometem, restrinjam ou frustem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências.*

O Decreto 3555/00 em seu artigo 4º, relativo aos pregões também destaca o princípio básicos da legalidade, da igualdade e competitividade e da ampliação da disputa entre os interessados:

**Art. 4º** A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

**Parágrafo único.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Os princípios que devem ser observados pela Administração, notadamente os da legalidade e da impessoalidade, bem como a finalidade do certame, que se traduz na obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração pode tomar como base o critério do melhor preço ou da melhor técnica, ou ainda a combinação destes dois critérios. Embora o Estado seja dotado de inequívoco poder de compra, em atenção ao princípio da livre concorrência, deve submeter-se aos preços de mercado, combatendo as práticas econômicas de licitantes e contratantes que atuam com infração à ordem econômica (Lei nº 8.884/94).

De acordo com o disposto no art. 40 da Lei nº 8.666/93, o objeto da licitação deve estar descrito de maneira sucinta e clara. Portanto, na fase interna, durante a pesquisa e elaboração da especificação técnica, a municipalidade precisa esclarecer e especificar o produto sem direcionar a aquisição para determinada(s) fabricante(s), pesquisando se todos os fornecedores poderão participar de todos os itens.

Segundo disposição do artigo 23, parágrafo 1º da Lei 8.666/93, verbis:

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Desse modo, com o intuito de proporcionar maior número de participantes neste processo licitatório, a Impugnante solicita a **ALTERAÇÃO** da exigência dos **laudos datados com mais de 2 (dois) anos, contados da data da sua emissão.**

### III – DO PEDIDO

Do exposto, requer digno-se Vossa Senhoria de acatar o pedido de impugnação do referido edital. Vale dizer que caso esta comissão não aceite o pedido em questão, requer-se que a mesma seja clara quanto à regularidade de ação tomada, pedimos:

a) **ALTERAÇÃO** da exigência para **laudos datados com mais de 2 (dois) anos, contados da data da sua emissão, contudo, poderão ser aceitos laudos com prazo superior ao exigido, desde que o produto se mantenha com as mesmas características do objeto ensaiado, para o item 01, em função de que laudos não possuem data de validade.**

Em sendo mantido o procedimento, requer sejam extraídas cópias para encaminhamento dos documentos, nos termos do art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93.

Balneário Camburiú/SC, 07 de novembro de 2018.

**LANCI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS PLÁSTICOS EIRELI**

**CNPJ Nº 11.549.124/0001-47**

